

A Faculdade de Filosofia e Letras do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e as estruturas sociais e políticas da educação no Brasil do início do século XX

(1915- 1922)

Thaís de Melo

Resumo

Esta proposta de pesquisa tem como objetivo analisar o processo de concepção teórica e estruturação jurídica da Faculdade de Filosofia e Letras fundada pelo IHGB na década de 1910, no Rio de Janeiro. A Instituição surgiu com a proposta de estudos científicos nas áreas de Política, Sociologia e História. Ao longo de sua existência, entre 1915 e 1922, passou por diferentes processos de reformulação, sendo possível observar três períodos: primeiro como Escola de Altos Estudos, depois Academia de Altos Estudos e, por fim, Faculdade de Filosofia e Letras. Enquanto Escola, o objetivo era criar uma instituição que oferecesse formação profissional, baseada em conhecimentos técnicos e teóricos para o setor público, com ênfase nas áreas de diplomacia, administração e finanças. Como Academia, a criação de um curso de filosofia e letras redimensionou o campo de trabalho, agregando um programa de estudos desinteressados à grade de cursos profissionais que manteve. Desse modo, expandiu sua atuação, visando formar não só uma elite política mas também intelectual. Já como Faculdade, este anseio de promover políticas de formação cultural e profissional adentrou mais no campo da educação com a criação do curso Normal Superior, que pretendia formar professores para o magistério secundário e normal primário.

A Faculdade representa um momento singular na trajetória de trabalhos do IHGB no campo da educação durante o século XX. Antecedida por projetos como a Escola de Altos Estudos e a Academia de Altos Estudos, da qual deriva boa parte de sua organização institucional, a Faculdade traz à tona o ímpeto de participação e legitimação do IHGB em grandes projetos políticos e culturais em construção nas primeiras décadas do século como a criação da Universidade do Rio de Janeiro. Nesse sentido, esta proposta de estudo visa contribuir para a análise do IHGB como um lugar de poder (CERTEAU) atuante no campo educacional, inserido nas disputas sociais concernentes a este âmbito no contexto republicano, assim como instância produtora de práticas de ensino e promotora de políticas culturais. O desejo de obter o reconhecimento oficial dos diplomas, permeia todos os processos de reformulação. Ser autorizado formar profissionais em áreas políticas e sociais estratégicas, como o funcionalismo público e o círculo intelectual e docente, resgataria a posição de prestígio do IHGB, abalada pela instalação da República e empreenderia as representações do Instituto sobre educação. Daí a veemente oposição à empreitada nos conflitos por espaços de poder. Tendo o arcabouço teórico da História Cultural como referencial são analisado os dos objetivos políticos e as representações em disputas (CHARTIER) sobre modelos de educação, bem como na construção de espaços e estruturas de ensino no período localizado. Nesse sentido, as fontes utilizadas são múltiplas e compostas pelo Regulamento da Faculdade, juntamente com seus programas e documentos administrativos, além de materiais compilados nas discussões da Câmara dos Deputados

e na imprensa. Assim, pretendemos localizar o IHGB como uma das instituições participantes do processo de construção dos sistemas de ensino e das políticas para a educação durante o início do século XX.

Palavras chave: IHGB , ensino superior, modelos e políticas educacionais.

Apresentação

A proposta de tomar o IHGB como instituição atuante no campo educacional, no início do século XX, decorreu do desenvolvimento da pesquisa de Iniciação Científica que propunha investigar quais as relações entre o IHGB e as reformas educacionais dos anos 1920 e 1930¹. A partir daí tomamos conhecimento da existência de uma instituição de ensino fundada pelo IHGB no início dos anos 1910. O primeiro contato com o tema da Faculdade de Filosofia e Letras do IHGB foi através do artigo de Lucia Maria Paschoal Guimarães², que nos permitiu expandir e aprofundar as análises sobre o assunto ao longo da graduação³, e descobrir outros desdobramentos e questões intrigantes sobre essa empreitada o longo do mestrado⁴.

Dentre os estudos sobre a configuração da história da educação como um campo os trabalhos de Mirian J. Warde⁵ e Marta Carvalho foram muito importantes para

¹ Projeto de Pesquisa: O Debate sobre Educação e Ensino Secundário no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: (1920-1930). Vigência: 2011-2012; aluna: Thaís de Melo, graduação em História pela Universidade Federal de São Paulo; EFLCH , Orientador: Prof^a Dr^a Maria Rita de Almeida Toledo, Processo FAPESP 2011/16740-8.

² GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. A presença do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no campo da educação superior: o projeto da Academia de Altos Estudos – Faculdade de Filosofia e Letras (1916-1921). *Revista de História*. São Paulo, n. 141, dezembro de 1999.

³ MELO, Thaís de. *Alberto Torres e a Educação*. Monografia.- Departamento de História- Universidade Federal de São Paulo, 2013.

⁴ MELO, Thaís de. Da Academia de Altos Estudos à Faculdade de Filosofia e Letras: uma empreitada do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no campo da educação (1915-1922) Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Paulo , Escola de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Departamento de Pós-graduação em História, 2016. Orientador (a): Prof^a Dr^a Maria Rita de Almeida Toledo, Processo FAPESP:2013/22879-4

⁵ Os trabalhos de Mirian Warde estabelecem análises e mapeamentos sobre a construção e reordenações da história da educação brasileiro como campo de pesquisa. Warde identifica ao menos dois momentos de inflexão nesse processo, o primeiro seria durante os anos 1940 e 1950, com a produção de obras de referência, como *A Cultura Brasileira*, de Fernando de Azevedo, e reformas educacionais. Tais correntes de pensamento e investigação foram consolidadas como modelos para uma historiografia sobre educação nos programas de pós-graduação em Educação, criados nos anos 1970. Um segundo momento seria o das renovações teóricas e metodológicas advindas do contato mais aproximado das práticas historiográficas do campo da História durante os anos 1980, as quais também estavam em processo de redefinições. Segundo Carvalho uma “memória dos renovadores” operou um deslocamento da história da educação do

localizarmos o IHGB como um lugar produtor de conhecimentos sobre a educação e também como instituição atuante na educação. Carvalho aponta para uma significativa herança metodológica das matrizes historiográficas do IHGB nos primeiros momentos dos estudos históricos sobre educação⁶. Isso permitiu identificar as intersecções e confluências de dois campos de estudos nem sempre conectados; a trajetória do IHGB e os percursos da história da educação no Brasil:

[...] é preciso considerar também que, no Brasil, diferentemente de outros países latino-americanos, a *universidade é uma instituição tardia*. Por isso a forte presença da tradição historiográfica produzida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na gênese dos estudos de História no Brasil, é matéria incontroversa”⁷ (grifos nossos)

Segundo a autora, a Instituição conformava um espaço de discussão, reflexão e pesquisa sobre “[...] tudo que nos é possível lembrar; o repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de recordar”⁸. Além disso, era o lugar autorizado a formular as interpretações sobre esses materiais, encabeçando os debates e as produções acadêmicas no período, tendo em vista a ausência do ambiente universitário para a construção de um campo de diálogos mais abrangente e plural. E os temas educacionais

âmbito da investigação histórica para o campo pedagógico, inserindo-a como um instrumento explicativo das condições em que se davam o desenvolvimento, ou não, dos sistemas de ensino e pensamentos educacionais. Nesse movimento a história da educação não foi “[...] instituída como especialização temática da História, mas como ‘ciência auxiliar da educação’” (WARDE). Mesmo entre as *ciências da educação*, a História ocupava um lugar inferior às principais disciplinas de referência⁵ como a Psicologia, a Sociologia e a Biologia⁵. Tais aportes eram articulados para compreender os mecanismos fisiológicos de aprendizado, para desenvolver no campo da Educação formas científicas de intervenção no processo de aprendizagem, porém passavam ao largo de questões sobre a construção de conhecimentos e sobre as delimitações da própria disciplina. Nesse sentido, buscamos identificar as interlocuções nem sempre explicitadas pelos dois campos; ee um lado, o lugar oficializado da produção da narrativa histórica no Brasil, preocupado com grandes questões políticas e identitárias (IHGB); de outro, uma crescente demanda pelo conhecimento do percurso de construção das políticas, metodologias e ideias educacionais vinda de outra disciplina, a pedagogia. Cf: WARDE, Mirian. Anotações para uma historiografia da educação brasileira. *Em Aberto*. Brasília, Inep, v. 3, n. 23, p. 1-6, set-out 1984; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A História da Educação no Brasil: Tradições historiográficas e a reconfiguração de um campo de pesquisa. In: _____: *A escola e a República e outros ensaios*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003, p. 9-80.

⁶ CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Revisando a Historiografia Educacional Brasileira. In: MENEZES, Maria Cristina (Org.). *Educação, Memória, História: Possibilidades, leituras*. São Paulo: Mercado de Letras, 2004, p. 375-399.

⁷ Idem, *ibidem* p. 381

⁸ GUIMARÃES, *op. cit.* APUD: NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História, São Paulo, n. 10, dez. 1993, p. 472.

estavam inseridos nessa dinâmica, como parte da bibliografia sobre assunto⁹ ratifica e assinala a fertilidade dessa abordagem.

Alguns aspectos sobre o IHGB

Agremiação intelectual fundada em 1838 “debaixo da imediata proteção de S. M. I o Senhor D. Pedro II”¹⁰, o *Instituto Histórico e Geographico Brasileiro* representou uma instância de discussão e produção do que se chamou de “memória nacional”. A narrativa historiográfica buscava consolidar uma ideia de unidade sociopolítica a partir da construção de um passado comum, marcado pela continuidade dos processos históricos¹¹. Durante o século XIX, a instituição funcionou “a serviço do império e de seu imperador”, promovendo estudos sobre os diversos interesses históricos, geográficos, etnográficos, econômicos e sociais do território brasileiro, bem como sobre o próprio Imperador Pedro II¹².

Dentre outros fatores, o Instituto atua como um lugar de legitimidade para a produção de um conhecimento histórico acadêmico e, por isso, uma instância autorizada a “traduzir” esses conhecimentos em materiais didáticos. Isto sinaliza, segundo Bittencourt, um movimento gradual de produção didática nacional, que opera de duas

⁹ CF: HOLLANDA, Guy de. Um Quarto de Século de Programas e Compêndios de História para o Ensino Secundário Brasileiro (1931-1956). Rio de Janeiro: INEP – Ministério da Educação e Cultura, publicado por: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1957. Hollanda apresenta o IHGB como uma instituição de referência no processo de elaboração dos currículos de história.; VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA, Luciano Mendes de Filho. “História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970)”. *Revista Brasileira de História*: v. 23, n. 45, jul. 2003. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882003000100003>>. Acesso em: 12 jan. 2012 GOMES, Angela de Castro. A República, A História e o IHGB. São Paulo: Fino Traço Editora, 2009; GASPARELLO, Arlette Medeiros. Construtores de identidades: A pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira. São Paulo: Iglu Editora, 2004; KUHLMANN JR. Moysés. “Raízes da historiografia educacional brasileira (1881 - 1922)” *Cadernos de Pesquisa*, 106, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Março de 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15741999000100008&script=sci_abstract&tlng=pt> consultado em 12/01/2012

¹⁰ *REVISTA do IHGB* – capa – Tomo I, 1839.

¹¹ GOMES, *op. cit.*, p. 8.

¹² Aspecto constatado pelas várias publicações referentes às viagens, ações e informações biográficas do monarca, presentes nas *Revistas do IHGB* de 1854, 1856 e mesmo após a proclamação da República, como nos tomos 661-662 de 1903, tomos 681-682 de 1905, tomos 741-742 de 1911 e tomo 98, v. 152, de 1925, que traz um panorama biográfico e político de D. Pedro II e sua administração imperial, incluindo suas medidas acerca da instrução pública, embora este recorte não faça parte da temporalidade da presente pesquisa.

formas: desvencilhando-se da importação de materiais e traduções didáticas francesas e, ao mesmo tempo, imprimindo no âmbito escolar os conhecimentos históricos oficiais e a “memória nacional” produzidos no Instituto. Assim, assume um papel importante no processo de orientação ao que deveria ser ensinado.

Presença do IHGB na educação

Ousadia para alguns e serviços de utilidade pública para outros, os trabalhos educacionais do IHGB, concretizados na Academia de Altos Estudos e depois Faculdade de Filosofia e Letras, trouxeram à discussão pública - representada nas constantes publicações dos periódicos e veículos oficiais (Diário Oficial e Diários da Câmara) - temas como a legitimidade (ou não) do IHGB no campo da educação e a autoridade (ou não) para formar e conferir títulos. Além disso, a existência de uma instituição de ensino atrelada ao IHGB tencionava ainda mais delicadas relações de poder estabelecidas no campo cultural e acadêmico, competido pelos espaços de legitimação política.

Disputas e representações sobre o ensino superior

No *Diário Oficial* de 9 de abril de 1916, encontramos a primeira menção à Academia de Altos Estudos do IHGB, em breves quatro linhas do Expediente da Directoria do Interior: “Accusou-se o recebimento do officio do Director da Academia de Altos Estudos, communicando a organização da mesma academia e agradeceu-se”¹³. O diário não fornece maiores informações.

É interessante ressaltar que a Lei Orgânica do Ensino Superior de 1911 (ou Reforma Rivadávia Corrêa) trazia maior autonomia de criação e funcionamento das instituições de ensino¹⁴, atrelando a criação e funcionamento às condições de suficiência financeira de cada uma, o que, para nós, impulsionou a estruturação formal da

¹³ *Diário Oficial da União*, domingo, 9 de abril de 1916, p. 4425

¹⁴ “Art. 2º Os institutos, até agora subordinados ao Ministerio do Interior, serão, de ora em diante, considerados corporações autonomas, tanto do ponto de vista didactico, como do administrativo” (BRASIL, Lei nº 8.659, de 5 de abril de 1911).

iniciativa do Instituto¹⁵. Sendo assim, uma vez que as instituições “[...] tivessem recursos próprios suficientes para seu funcionamento [...] prescindindo de subvenções governamentais, ficariam isentas [...] de toda e qualquer dependência ou fiscalização oficial, mediata ou imediata”¹⁶. Ao mesmo termo, a Lei não estabelece os procedimentos para registro ou criação de personalidade jurídica para tais instituições.

O texto da Reforma opera o que alguns autores chamam de desoficialização do ensino superior¹⁷, permitindo que as instituições de ensino já existentes, e as que fossem criadas a partir de então, funcionassem sem a fiscalização dos órgãos regulamentares do poder público e emitissem certificações e diplomas com a mesma validade dos documentos expedidos pelos estabelecimentos oficiais. A redução da presença do Estado na fiscalização de assuntos educacionais e a perda da exclusividade na administração de instituições educacionais decorrem, em certa medida, dos longos debates e múltiplas interpretações relacionadas ao ensino livre¹⁸ e ao papel que as instituições de ensino superior/universitárias deveriam ter no processo de organização e formação das estruturas sociais no Brasil, ocorridos ao longo dos séculos XIX e XX.

A janela de oportunidades para criação de instituições de ensino aberta pela legislação de 1911 gerou um grande crescimento do número de instituições superiores – denominadas por Cunha de “universidades de vida curta”¹⁹. A difusão de instituições que podiam formar e “produzir” profissionais diplomados causou incômodos e debates em diferentes círculos, sendo claramente expressos em um dos pareceres da comissão de instrução na câmara dos deputados:

¹⁵ Pelo novo código, as instituições de ensino seriam identificadas como corporações autônomas, com direitos à eleição de seus diretores, organização de seus programas e cursos, bem como do estabelecimento de taxas recolhidas pelos serviços prestados aos candidatos (matrículas, exames, diplomas e mensalidades dos cursos).

¹⁶ CURY, C.R.J. A desoficialização do ensino no Brasil: a Reforma Rivadávia. Educação e Sociedade, Campinas, vol. 30, n. 108, p. 717-738, out. 2009. Disponível em <file:///C:/Users/Thais%20de%20Melo/Desktop/Projeto%20Doc/Desoficializa%C3%A7%C3%A3o,%20CURY.pdf >. Ver também: CUNHA, Luiz Antonio. *A Universidade Temporã: da colônia à Era Vargas*. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1986, p. 181.

¹⁷ CUNHA, *op. cit.* p. 179

¹⁸ BARROS, Roque Spencer Maciel de. A Ilustração brasileira e a ideia de Universidade. *Boletim nº 241*. História e Filosofia da Educação – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1959

¹⁹ CUNHA, *Op.cit.* p. 177. O autor trabalha a trajetória de diversas instituições originárias em anos anteriores à Lei Orgânica, como a Universidade de Manus, de 1909, mas reconhece no período posterior à Lei de 1911 o aumento dos projetos de faculdades, faculdades livres e universidades em circulação e discussão no país.

“[...] se reconhece a inconveniência da multiplicação das academias que, conforme allegam seus adversários, vivem a disputar aos campos e às industrias os elementos que lhes são indispensáveis e onde seriam mais úteis, e neste caso urge restringir o seu numero ao minimo possível. As academias são viveiros de parasitas porque os seus alumnos, em vez de procurarem uma profissão que contribua para a prosperidade econômica do paiz, destinam-se à vida fácil e inutil da burocracia, que é porta da ociosidade.”²⁰

Tendo sido publicado em 1916, no Diário do Congresso, o trecho retoma algumas das críticas à lei de 1911 que, por sua vez, impulsionaram a promulgação da lei de 1915. A reforma Carlos Maximiliano reestabelecia as condições para o reconhecimento oficial de instituições superiores e equiparação às faculdades e colégios federais.

A nova Reforma mantinha os critérios de autonomia de criação e funcionamento de instituições superiores particulares, mas trazia outros termos para a emissão e reconhecimento dos diplomas expedidos. Reestabelecendo as prerrogativas de documentos oficiais e a função de fiscalização dos sistemas de ensino, a Reforma instaura o Conselho Nacional de ensino, responsável pelo processo de autorização de inspeções nas instituições, acompanhamento e outorga da chancela oficial ao documentos da faculdade, academia, escola, etc.

Segundo Cunha, a “vida curta” de muitas dessas instituições decorreu das insistentes tentativas de obtenção da chancela oficial²¹, com processos longos e que consumiam tempo e recursos, sendo a Universidade de São Paulo de 1911 um dos casos mais emblemáticos desses processos²². Se, por um lado, o não reconhecimento

²⁰ Discussão de parecer da Comissão de Instrução Pública na Câmara dos Deputados. DCD12/09/1916 p. 3072

²¹“ O caso das universidades [de vida curta], todas passageiras, mostra o quanto foi importante para o ensino superior o Brasil a chancela governamental aos diplomas, condição necessária aos privilégios ocupacionais procurados pelos estudantes.” CUNHA, *op. cit.*p.189

²² Fundada por Eduardo Guimarães e Luis Antônio dos Santos em 1911, a Universidade de São Paulo oferecia cursos em todos os níveis escolares (primário, secundário e superior). Contando com simpatia e apoio do governo do estado e de membros da elite paulistana, recebeu significativas doações e contava com importantes profissionais em seu corpo docente. Segundo Cunha, a instituição contou com boas instalações e pleno funcionamento entre 1913 e 1916. O reestabelecimento da oficialidade dos diplomas com a reforma de 1915 colocou os documentos emitidos pela Universidade em suspensão. O tema foi debatido e estudado por diferentes personalidade políticas e jurídicas, sendo alvo de um estudo/ manifesto enviado ao presidente Epitácio Pessoa. O estudo intitulado Direito Adquirido, aborda, de maneira geral, a questão da manutenção dos direitos concedidos por lei anteriores nas legislações subsequentes, ou seja, reivindica que os diplomas emitidos antes da lei de 1915 sejam reconhecidos e validados sob a vigência da lei de 1915. A montagem do documento, com pareceres, cartas e estudos profundos de jurisprudência, indicam a sensibilidade e importância do assunto para as instituições de ensino no período. CF:

esvaziava as faculdades, por outro, as tentativas de obtê-lo dificultavam seu funcionamento.

Nesse contexto ocorrem as movimentações dos organizadores Academia de Altos Estudos do IHGB para conseguir o reconhecimento oficial dos seus futuros diplomas. Na ata de reunião ordinária de 28 de outubro de 1916, publicada no *Diário Oficial* de 4 de novembro do mesmo ano, Max Fleiuss, secretário do Instituto e também da Academia, sinalizava a questão:

Pedi depois a palavra o Sr Fleiuss que suggeriu a necessidade de ser nomeada uma comissão que estudasse os meios de tornar efficientes os diplomas que vierem a ser expedidos pala Academia. Depois de algumas observações o presidente da sessão nomeou para essa comissão, além do secretário, os Srs João Luiz Alves, João de Lyra Tavares, João Cabral, Homero Baptista, Laudelino Freire e Victor Vianna, comissão esta que se deverá reunir na primeira terça feira, 31, as 9 horas da noite no Instituto Historico.

O caminho prescrito pela Reforma Maximiliano estabelecia a necessidade da fiscalização da instituição pelo Conselho Superior de Ensino, obedecendo à carência de um ano de funcionamento da instituição para o início do pedido de fiscalização, além da taxa a ser paga pelo serviço.²³ Dentre outros aspectos, a análise dos processos de construção e reformulação da Academia do IHGB permite observar um período privilegiado da própria história da construção dos sistemas educacionais no Brasil, acompanhando além das legislações, as mudanças nos perfis curriculares e institucionais que vão construindo os diferentes níveis escolares.

Percorrendo as entrelinhas dos processos de reestruturação dos propósitos da Academia, buscamos compreender as representações elaboradas a respeito da função e do lugar do Instituto no cenário educacional. Longe da postura de atribuir uma *excepcionalidade*²⁴ à iniciativa estudada, procuramos identificar os elementos que

Faculdades Livres e a Universidade Brasileira. *Direito Adquirido*. Faculdade de Direito- São Francisco-USP, 1911. Ver também ANTUNHA, Heládio Cesar Gonçalves. Universidade de São Paulo: fundação e Reforma. São Paulo: Ministério da Educação e Cultura, 1974.

²³ Art. 11. As academias que pretenderem que os diplomas por ellas conferidos sejam registados nas repartições federaes, afim de produzirem os fins previstos em leis vigentes requererão ao Conselho Superior do Ensino o deposito da quota de fiscalização na Delegacia Fiscal do Estado em que funcionarem.” BRASIL. Decreto nº 11.530, de 18 de Março de 1915

²⁴ GINZBURG, Carlo. *O Nome e o Como*. In: CASTELNUOVO, Enrico; GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. *A Micro-História e outros ensaios*. Lisboa: DIFEL, 1989. p. 175

permitiram sua existência, delinearão suas formalidades e que tencionaram seus desdobramentos, localizando a Academia no panorama das possibilidades históricas em que se encontrava.

As constates publicações de críticas e o acentuado processo de desestruturação da Faculdade do IHGB após os movimentos para integrá-la à Universidade, apontam para a ocorrência de um profundo incômodo com a atuação do Instituto num âmbito tão estratégico para o ordenamento da elite política e intelectual. Se por um lado podemos localizar a empreitada do IHGB num cenário histórico em que muitas instituições surgiram e tiveram “vida curta”, de outro, rotular esta experiência no campo educacional sem analisar profundamente seus impactos, problemáticas e inflexões seria ignorar as múltiplas possibilidades de desenvolvimento dos processos históricos.

Considerações finais

Como Escola ou como Academia, é possível dizer os projetos educacionais representaram significativa mobilização em torno da atuação do Instituto na educação, servindo como bases para o desenvolvimento de um perfil de uma instituição educacional gestada no Instituto. Desse modo, podemos ler a presença do IHGB na educação sob três aspectos: a partir das bases metodológicas de compilação de fontes para o estudo de assuntos educacionais; pela circulação de seus membros em instituições de ensino e esferas políticas e administrativas da educação, e pela produção de projetos educacionais, e políticos, de participação no sistema de ensino em construção no período estudado.

Se as Conferências Abertas representaram um espaço de aquisição de experiências sociais, tendo o IHGB, em parceria com a Biblioteca Nacional, o papel de promotor de uma prática cultural diferente das assembleias e conferências habituais, a organização de uma instituição educacional como a Academia, e posteriormente a Faculdades, representa uma firme decisão do Instituto em participar dos debates e conflitos inscritos no âmbito do ensino e da educação como um todo naquele período.

Certamente que as reformas curriculares, estatutárias e as alterações do nome

(Escola, Academia e Faculdade), respondiam a outras demandas além das discussões internas e de expansão dos cursos. Mas, identificamos que tais movimentos visavam alcançar a permissão para emitir certificações (diplomas) e garantir o reconhecimento da documentação por outras instituições do Estado. As significativas oposições a este objetivo e ao projeto do IHGB ressaltam a complexidade e a centralidade que os assuntos educacionais possuem no jogo político de construção e legitimação de uma ordem social. Desse modo, pudemos observar o Instituto com um dos agentes que participou das disputas ocorridas no campo nas primeiras décadas do século XX, dando especial atenção às relações estabelecidas com as mudanças políticas que ocorriam no país. Nessa chave, buscamos compreender a atuação educacional do IHGB na como um movimento de expansão das atividades da instituição, com objetivo de permanecer no cenário político e intelectual do início da República.

Além disso, a leitura permite localizar a atuação de parte dos sócios como movimentos engajados no campo da educação. A ideia de que era preciso “revelar o Brasil aos brasileiros por meio das letras” perpassa os diferentes momentos da iniciativa educacional organizada pela instituição. Desde as primeiras Conferências até as formalizações da Faculdade a ideia de necessidade de atuação nesse campo está colocada. Assim como a noção de que fazia parte de uma função social atribuída ao próprio ambiente que partilhavam. Como estudiosos e conhecedores dos saberes acadêmicos, estariam autorizados e inclinados a exercerem tais funções.

Bibliografia Fundamental

ANTUNHA, Heládio Cesar Gonçalves. Universidade de São Paulo:fundação e Reforma. São Paulo: Ministério da Educação e Cultura, 1974

- BARROS, Roque Spencer Maciel de. A Ilustração brasileira e a ideia de Universidade. *Boletim nº 241*. História e Filosofia da Educação – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1959
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Revisando a Historiografia Educacional Brasileira. In: CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- CATROGA, Fernando. Os modelos de universidade na Europa do século XIX. In: PINTASSILGO, Joaquim (Orgs.) *Modelos culturais, saberes pedagógicos e instituições educacionais*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2011
- CERTEAU, M. de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- _____. *A invenção do cotidiano: 1 Artes de Fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução: Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CUNHA, Luiz Antonio. *A Universidade Temporã: da colônia à Era Vargas*. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1986
- CURY, C.R.J. A desoficialização do ensino no Brasil: a Reforma Rivadávia. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 30, n. 108, p. 717-738, out. 2009.
- GINZBURG, Carlo. *O Nome e o Como*. In: CASTELNUOVO, Enrico; GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. *A Micro-História e outros ensaios*. Lisboa: DIFEL, 1989. p. 175
- GOMES, Angela de Ca.. *A República, A História e o IHGB*. São Paulo: Fino Traço Editora, 2009
- GASPARELLO, Arlette Medeiros; VILLELA, Heloisa de Oliveira S. Uma identidade social em formação: Os professores secundários no século XIX brasileiro. *SBHE: UFF*, 2009. p. 45
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. A presença do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no campo da educação superior: o projeto da Academia de Altos Estudos – Faculdade de Filosofia e Letras (1916-1921). *Revista de História*. São Paulo, n. 141, dezembro de 1999
- LACOMBE, Américo Jacobina. *Lideranças e expressões no Instituto Histórico*. In: WEHLING, Arno (Org.). *Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: idéias filosóficas e sociais e estruturas de poder no Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: IHGB, 1989
- LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1984
- MENEZES, Maria Cristina (Org). *Educação, Memória, História: Possibilidades, leituras*. São Paulo: Mercado de Letras, 2004
- NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001
- NUNES, Maria Thetis. *Ensino secundário e sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1962.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999
- WARDE, Mirian. Anotações para uma historiografia da educação brasileira. *Em Aberto*. Brasília, Inep, v. 3, n. 23